

Marta

Matr.: 47263



CONGRESSO NACIONAL

MPV-540

00058

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 10/08/2011		Proposição: MP 540/2011		
Autor: Senador FRANCISCO DORNELLES- PP / RJ				Nº Prontuário:
1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva Global
Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

## TEXTO

Altere-se o art. 7º; o *caput* do art.8º; e o inciso IV do art. 9º, bem como, inclua-se novo parágrafo único no art. 10, da Medida Provisória nº 540, de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. A contribuição devida pelas empresas que prestam exclusivamente os serviços de tecnologia da informação - TI e tecnologia da informação e comunicação - TIC, referidos no § 4º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 2008, incidirá sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 1% (hum por cento).

**Parágrafo único.** As empresas abrangidas pelo *caput* não mais farão jus às reduções previstas no *caput* do art. 14 da Lei nº 11.774, de 2008” (NR)

“Art. 8º. Contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de 0,5% (cinco décimos por cento), em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, as empresas que fabriquem os produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006.

.....” (NR)

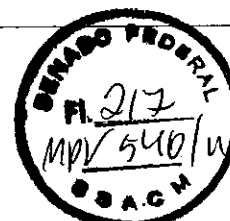
“Art. 9º. ....

IV – o Tesouro Nacional destinará recursos ao custeio dos benefícios do regime geral de previdência social para compensar a redução das receitas de contribuições dos empregadores decorrente das alterações promovidas por esta Lei; e

.....” (NR)

“Art. 10. ....

**Parágrafo único.** A Secretaria da Receita Federal exercerá a coordenação da comissão de que trata o *caput*, apoiando seu funcionamento, inclusive com a produção de análises.” (NR)



## JUSTIFICAÇÃO

A desoneração seletiva dos encargos patronais constitui o preceito mais oportuno e inovador contemplado pela MP que busca fomentar a competitividade da produção brasileira. Esta emenda reúne uma série de mudanças pontuais visando aprofundar a desoneração proposta pelo Poder Executivo. Primeiro, torna permanente a substituição da base de incidência da contribuição patronal uma vez que não se solucionará a perda de competitividade em apenas um ano, nem mesmo no médio prazo. Segundo, reduz as alíquotas da nova incidência sobre receita bruta para não se correr o menor risco de que a mudança de base implique em aumento da tributação e paradoxal piora das condições de concorrência dos empregadores locais. Terceiro, ficam assegurados os mesmos recursos para pagamento de benefícios previdenciários porque a eventual renúncia de receita será coberta pelo Tesouro Nacional e com recursos próprios. Quarto, a Receita Federal assistirá a comissão tripartite para fundamentar melhor suas análises e ações.

Assinatura

